

ENTRE MUROS E HORIZONTES: Percepções e vivências dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida

ANA JULIA GUIMARÃES BERTI
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

GUILHERME LOURENÇO DA SILVA TESCARO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS (UNIFAL-MG)

ANA CAROLINA GUERRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS (UNIFAL-MG)

ENTRE MUROS E HORIZONTES: Percepções e vivências dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida

Introdução

Quando pensamos na questão da moradia, é válido refletir sobre os diversos cenários que a atravessam, como a cidade. Esta, pode ser compreendida como “o espaço da concentração, da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades” (Marx; Engels, 2001, p. 55). O direito à moradia é muito importante para população, principalmente para os grupos menos favorecidos já que, de acordo com Silva (2016), a moradia representa a realização de uma função humana, o ato de morar, se torna um direito quando institucionalizada na Declaração Universal dos Direitos Humanos, implantado como pressuposto para a dignidade da pessoa humana.

Nesse contexto, podemos citar Dardot e Laval (2015), que afirmam que ter o direito à moradia assegurado via constituição é uma conquista extremamente importante, pois o reconhecimento de que a propriedade deve cumprir uma função social é um grande marco para os movimentos de luta por moradia e cidade mais justas. Além disso, essa conquista também é vista como uma ferramenta eficaz para enfrentar os privilégios associados ao acesso à terra e à especulação imobiliária.

Ademais, Rodrigues (2001) também destaca que para se ter um teto é necessário ter capacidade de pagar por esta mercadoria, cujo preço depende também da localização, uma vez que os equipamentos coletivos e a infraestrutura existente nas proximidades da casa/terreno influenciam nesse preço. Assim, evidencia-se que morar não implica apenas ter um teto, pois a moradia também inclui os equipamentos coletivos e a infraestrutura, como o acesso ao saneamento básico, à educação, à segurança, entre tantas outras necessidades que fazem parte do direito à vida na cidade.

Frente a essa discussão da importância da moradia, temos no Brasil, um dos seus principais problemas sociais urbanos na atualidade, a questão habitacional. Alinhada ao direito à cidade, a habitação revela-se sob diversas facetas: a necessidade de construção de moradias para atender ao expressivo número de famílias sem casa própria, a busca por soluções para problemas de infraestrutura e os questionamentos sobre obras de urbanização em áreas periféricas (Silva, 2016), sobretudo no que se refere ao acesso à moradia digna, já que as políticas de uso do solo são demasiadamente frágeis e o preço da terra é elevado.

Nesse sentido, é mister salientar a importância de políticas públicas que contribuam para o acesso das pessoas à moradia, sobretudo aquelas famílias que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social e econômica, haja vista a função social e humana que, como Dardot e Laval (2015) argumentam, resultam em uma sociedade mais justa e equitativa. Dentre essas políticas públicas, destaca-se o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), lançado em 2009, frente a importância desse programa, este trabalho buscou analisar o Programa Minha Casa Minha Vida, no município de Varginha - MG, na percepção dos seus usuários, da Faixa 1. Nesse intuito, foi realizada uma pesquisa empírica, utilizando-se de um grupo focal com os beneficiários do PMCV, dos bairros inseridos na faixa 1 do programa, em Varginha-MG.

A moradia para além de um direito

A questão de acesso à moradia é muito complexa, pois conforme Nascimento (2021) retrata, permeiam esse assunto situações de multicausalidade e multidimensionalidade. Assim, requer-se a elaboração de políticas públicas que atuam diretamente na habitação, visto que,

segundo Secchi, Coelho e Pires (2019), política pública é uma atividade que compõe a agenda política em prol da resolução de um problema coletivo, com a intencionalidade em resolvê-lo.

Para Secchi, Coelho e Pires (2019), a política pública deve estar em consonância com a necessidade coletiva e voltada à resolver, ou amenizar, problemas que atingem uma parcela da população. Dessa forma, ao se observar o âmbito habitacional, entende-se que a falta de moradia se estende a famílias em todo o país, de modo especial em contextos mais desfavorecidos, tornando-se essencial mobilizações governamentais, a nível estruturante (Secchi, Coelho e Pires, 2019), que atuem na possibilitação da casa própria às famílias.

Porém, o conceito de "casa", no âmbito das políticas habitacionais, extrapola a definição física de abrigo e passa a incorporar múltiplas dimensões simbólicas, subjetivas, sociais e econômicas. Em termos críticos, a casa pode ser compreendida tanto como lar, espaço de afeto, convivência e reprodução dos modos de vida, quanto como mercadoria, objeto de troca e investimento no mercado imobiliário.

Na perspectiva da casa como lar, entende-se que a moradia constitui um espaço privilegiado de experiências cotidianas, de formação de vínculos e de construção da identidade familiar. Castro (2018) argumenta que a casa é um ambiente dinâmico e privado onde se compartilham e ressignificam modos de vida, valores e afetividades, funcionando como um núcleo essencial da vida social. De forma semelhante, Nascimento (2021) propõe analisar a moradia a partir das percepções dos próprios beneficiários do PMCMV, considerando o "morar" como uma experiência subjetiva que envolve adaptação, satisfação e pertencimento ao território habitado.

Por outro lado, a casa também se apresenta como mercadoria, especialmente sob a lógica neoliberal que orienta boa parte das políticas habitacionais brasileiras desde os anos 1990. Escosteguy (2019) evidencia como a promoção da casa própria foi historicamente construída como um dispositivo de gestão da população, atrelando o sonho da moradia como símbolo de sucesso e autonomia.

Milano (2013) aprofunda essa crítica ao revelar como a ideologia da casa própria associa moradia à segurança patrimonial e à valorização do imóvel como ativo financeiro. Nesse sentido, a casa deixa de ser pensada como um bem de uso para se tornar um bem de troca, cuja função é mais de investimento do que de habitação em si.

Assim, é possível afirmar que a casa ocupa simultaneamente as esferas do afeto e da mercadoria, sendo alvo de disputas simbólicas e materiais que refletem os diferentes projetos de cidade e de sociedade. Compreender essas tensões é fundamental para formular políticas habitacionais que assegurem o direito à moradia não apenas como posse formal de um imóvel, mas como condição concreta para o bem-estar, a dignidade e a convivência cidadã.

Pensando no contexto brasileiro, durante o processo de modernização e industrialização, no início da primeira metade do século XX, começa-se a identificar a necessidade de intervenções urbanas e habitacionais (Nascimento, 2021). Entretanto, a política pública habitacional ainda não era objetivo central a ser tratado pelo Estado, como revela Buonfiglio (2018):

houve um período histórico em que o Estado não construía nem financiava as habitações, ficando essa produção a cargo do capital privado industrial. Portanto, a habitação ainda não era concebida como política pública, mas, antes, como mediação direta entre o capital e o trabalho (Buonfiglio, 2018, p.16).

Assim, a política habitacional no contexto brasileiro é marcada por períodos de forte intervenção estatal, e também de processos de significativo esvaziamento dessas iniciativas. No entanto, é possível observar erros recorrentes na formulação e implementação dessas políticas, prejudicando aqueles que mais necessitam do acesso à moradia de forma digna. Muitas vezes, esses erros resultam em condições precarizadas de vida para uma parcela

significativa da população, que enfrenta vulnerabilidades sociais que atingem diretamente os grupos mais desfavorecidos (Silva, 2016).

Assim, em 25 de março de 2009, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) através da Medida Provisória nº 459, que posteriormente se transformou na Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009. O programa estava voltado ao financiamento de moradias por meio do mercado imobiliário, em parceria com o setor público. Seu objetivo principal era ampliar o mercado privado de moradias, anteriormente concentrado em empreendimentos voltados para as classes de renda mais elevada, de modo a priorizar o atendimento às famílias com renda inferior a cinco salários mínimos mensais, utilizando recursos federais e incentivos fiscais (Flach, 2016).

Ao fornecer incentivos ao segmento habitacional da construção civil, o PMCMV passou a ser reconhecido como fundamental para impulsionar o crescimento econômico e o emprego no Brasil diante do cenário de crise global. Conforme observado por Shimbo e Ceron (2014), ao estabelecer estratégias para facilitar a aquisição de moradias, por meio de subsídios associados ou não à concessão de crédito, o programa consolidou o protagonismo do mercado imobiliário na política habitacional brasileira contemporânea, caracterizada pela participação de grandes empresas construtoras e pela produção em larga escala de habitações em todo o território nacional.

Desse modo, o PMCMV ainda é amplamente considerado a principal política habitacional a nível federal, mesmo nos dias de hoje. No entanto, para alguns estudiosos, o PMCMV também foi concebido com o objetivo de impulsionar a economia por meio da indústria da construção civil. Dessa forma, além de abordar a questão habitacional, o Programa também teve um impacto significativo no setor econômico, gerando empregos e estimulando o crescimento do país através do investimento em moradias populares (Silva, 2016).

O Programa foi implementado em duas fases distintas. A primeira fase compreendeu o período entre os anos de 2009 a 2011, onde propôs nesse período a construção de um milhão de moradias, com a intenção de reduzir o déficit habitacional em 14% (Silva, 2016). Enquanto a segunda fase foi lançada pela Lei nº 12.424/2011, que modificou a legislação anterior, abrangendo os anos de 2011 a 2014. Esta segunda fase estabeleceu como meta a construção de 2 milhões de moradias na área urbana até o ano de 2014 (Castro, 2018).

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foi estruturado para atender famílias de diferentes rendas por meio de três faixas de atendimento, as quais foram ajustadas ao longo das fases do programa e recentemente atualizadas em 2023. Na primeira fase, lançada em 2009, a Faixa 1 atendia famílias com renda de até 3 salários mínimos (SM), o equivalente a até R\$ 1.395,00, enquanto a Faixa 2 abrangia rendas entre 3 e 6 SM (R\$ 1.395,01 a R\$ 2.790,00), e a Faixa 3 cobria rendas entre 6 e 10 SM (R\$ 2.790,01 a R\$ 4.650,00) (Silva, 2016).

Na segunda fase, em 2011, os limites de renda foram reajustados: a Faixa 1 passou a incluir famílias com renda de até 3 SM, agora até R\$ 1.600,00; a Faixa 2, de 3 a 6 SM (R\$ 1.601,01 a R\$ 3.100,00); e a Faixa 3, de 6 a 10 SM (R\$ 3.100,01 a R\$ 5.000,00) (Silva, 2016).

Em sua atualização de 2023, os valores das faixas foram novamente ajustados: a Faixa 1 agora cobre famílias com renda de até 2 SM (até R\$ 2.640,00), a Faixa 2 atende aquelas com rendas entre 2 e 3 SM (R\$ 2.640,01 a R\$ 4.400,00), e a Faixa 3, de 3 a 6 SM (R\$ 4.400,01 a R\$ 8.000,00). Essas atualizações refletem os reajustes do salário mínimo ao longo dos anos, buscando garantir o acesso à moradia para uma ampla faixa da população de baixa e média renda.

Tabela 2 - Faixas do Programa Minha Casa Minha Vida nas fases 1 (2009) e 2 (2011) e sua última atualização (2023)

FAIXA	PMCMV 2009 Fase 1	PMCMV 2011 Fase 2	PMCMV 2023
1	Até 3 SM (até R\$ 1.395,00)	Até 3 SM (até R\$ 1.600,00)	Até 2 SM (até R\$ 2.640,00)
2	De 3 a 6 SM (De R\$ 1.395,01 a R\$ 2.790,00)	De 3 a 6 SM (De R\$ 1.601,01 a R\$ 3.100,00)	De 2 a 3 SM (De R\$ 2.640,01 a R\$ 4.400,00)
3	De 6 a 10 SM (De R\$ 2.790,01 a R\$ 4.650,00)	De 6 a 10 SM (De R\$ 3.100,01 até R\$ 5.000,00)	De 3 a 6 SM (De R\$ 4.400,01 a R\$ 8.000,00)
	Salário Mínimo (SM) na Época = R\$ 465,00	Salário Mínimo (SM) na Época = R\$ 545,00	Salário Mínimo (SM) na Época = R\$ 1.320,00

Fonte: Ministério das Cidades, 2024. Elaboração própria.

Ao discutir o déficit habitacional, não estamos nos referindo apenas à necessidade de aumentar o número de unidades habitacionais disponíveis. É importante reconhecer que o déficit habitacional é uma questão social complexa que envolve várias variáveis além da mera quantidade de moradias (Silva, 2016). Isso inclui fatores como a qualidade das moradias existentes, a acessibilidade a serviços básicos, como água e saneamento, a adequação das moradias às necessidades das famílias, o custo do aluguel em relação à renda familiar, entre outros aspectos.

É importante destacar que o Ministério das Cidades (Brasil, 2011) ampliou o conceito de déficit habitacional para além da simples falta de moradias. Além de considerar as deficiências no estoque habitacional, o conceito também abrange moradias inadequadas (domicílios improvisados, que não poderiam ser ocupados e que precisam de reformas). Isso inclui a necessidade de aumentar o estoque de moradias devido à coabitação familiar forçada (situações em que mais de uma família vive na mesma casa), ao adensamento excessivo (quando mais de três pessoas dividem o mesmo quarto) ou ao ônus excessivo de aluguel (quando uma família gasta mais de 30% de sua renda com aluguel) (Silva, 2016).

Assim, é essencial destacar que no governo Dilma Rousseff, a habitação social também ganhou destaque através da continuação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que foi integrado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Além disso, na sua gestão, buscou-se articular esses novos empreendimentos e/ou existentes com políticas urbanas e sociais para abordar adequadamente o déficit habitacional em todas as suas dimensões para promover soluções eficazes e sustentáveis (Castro, 2018).

Nesse contexto, com um investimento de R\$71,7 bilhões no seu primeiro mandato (2011-2014), o PMCMV visava reduzir o déficit habitacional nacional, oferecendo moradia acessível para famílias de baixa renda. Esses recursos tinham como objetivo a construção de moradias populares, visando reduzir o déficit habitacional em âmbito nacional e garantir o acesso à casa própria para os cidadãos que necessitam de moradia (Luciano, 2016).

Desse modo, evidencia-se que na primeira fase do programa em 2009, aproximadamente R\$ 34 bilhões foram destinados à produção habitacional, sendo os recursos distribuídos conforme a estimativa do déficit habitacional de cada faixa de renda e estado, respectivamente as construções se dariam: 39% para o Sudeste; 30% para o Nordeste; 11% para o Sul; 12% para o Norte; e 8% para o Centro-Oeste (Ministérios das Cidades, 2024).

A meta inicial para a fase 1 era construir 1 milhão de unidades, mesmo que esse esforço representava apenas uma redução de 14% do déficit habitacional. Já em 2011, foi lançada a segunda fase do programa, com o aumento da meta para a construção de mais 2 milhões de moradias e maior volume de recursos direcionados à Faixa 1, que passa de 40% para 60%, visando corrigir a distorção observada na fase anterior, como mostra a tabela abaixo (Nascimento, 2021).

Tabela 3 - Metas do Programa Minha Casa Minha Vida

FAIXA	PMCMV 2009 - Fase 1		PMCMV 2011 - Fase 2	
	Meta (em unidades habitacionais)	Meta (em%)	Meta (em unidades habitacionais)	Meta (em%)
1	400.000	40	1.200.000	60
2	400.000	40	600.000	30
3	200.000	20	200.000	10
Total	1.000.000	100	2.000.000	100

Fonte: Ministério das Cidades, 2024. Elaboração própria.

Entretanto, o Programa Minha Casa Minha Vida tinha como meta a construção de 3 milhões de moradias ao longo de suas duas primeiras fases. No entanto, até o final de 2014, apenas 1,92 milhões de unidades foram concluídas. Vale destacar que, na segunda fase, o número de moradias construídas foi inferior ao da primeira fase, na qual 1 milhão de unidades habitacionais foram efetivamente edificadas (Ministério da Cidade, 2024).

Por fim, dentre as críticas feitas ao Programa Minha Casa Minha Vida, destacam-se aquelas que apontam para o descumprimento de critérios definidos pelo Plano Nacional de Habitação. Em muitos casos, os empreendimentos foram construídos em locais inadequados, sem infraestrutura, saneamento e equipamentos públicos essenciais. As unidades habitacionais destinadas a famílias de baixa renda, em regiões carentes de serviços e equipamentos, atenderam aos interesses de especuladores imobiliários, mas acabaram por agravar a vida das famílias segregadas (Bonduki, 2009).

Percurso Metodológico

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa e exploratória, tendo como foco compreender as vivências dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) inseridos na faixa 1 na cidade de Varginha-MG. Para tanto, busca-se interpretar as percepções, experiências e desafios enfrentados pelos moradores contemplados pelo programa, com base em interações coletivas que favoreçam o aprofundamento das questões abordadas, por meio da realização de sessões no grupo focal.

O universo de pesquisa abrange os beneficiários do PMCMV de três bairros da cidade de Varginha-MG: Carvalhos, Cruzeiro do Sul e Novo Tempo. Esses bairros são atendidos pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do Novo Tempo, que desempenha um papel crucial no acolhimento e apoio às famílias beneficiadas. Os participantes do estudo são moradores desses bairros que receberam unidades habitacionais pelo programa e que estão dispostos a compartilhar suas vivências e opiniões, reforça-se que os empreendimentos dos beneficiários se enquadram na faixa 1 do Programa.

O grupo foi realizado em Varginha-MG, cidade cuja a Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) está localizada no campus Varginha. Em outras palavras, a escolha da cidade de Varginha-MG se deu pela proximidade das autoras, que moram, estudam e trabalham, e possuem contato com os órgãos e moradores dos empreendimentos do PMCMV na cidade.

A coleta de dados foi realizada por meio da técnica de grupo focal, que é uma metodologia qualitativa amplamente reconhecida por sua capacidade de explorar percepções e experiências em profundidade. Conforme discutido por autores como Gatti (2005), Minayo (2010) e Gomes (2008), o grupo focal permite que os participantes discutam temas específicos em um ambiente de interação, possibilitando a obtenção de dados ricos e contextuais.

O grupo focal foi conduzido nas instalações do CRAS do Novo Tempo, em um ambiente acolhedor e propício ao diálogo, no dia 03 de dezembro de 2024 e durou em torno de 1 hora. Os participantes foram selecionados ao acaso, uma vez que já existem dois grupos de conversas promovidos pelo CRAS, que ocorrem semanalmente com os moradores dos

bairros. Dessa forma, garante-se a diversidade de experiências dentro do programa, abrangendo aspectos como tempo de permanência nas moradias e percepção sobre os benefícios e dificuldades enfrentadas.

A discussão foi mediada pela autora, responsável por orientar o diálogo, garantindo a participação ativa de todos e promovendo reflexões coletivas. Durante a sessão, os participantes foram guiados por questões previamente elaboradas (conforme apêndice deste trabalho). Essas questões buscaram incentivar os participantes a compartilharem suas percepções sobre temas estudados no trabalho.

Estavam presentes no dia a assistente social responsável pelo CRAS e três orientadores, que não responderam o questionário, mas participaram do grupo focal. Além disso, durante a sessão foi necessária a participação de duas pessoas, para anotarem as falas dos participantes, visando a posterior utilização, ressaltando que essas buscaram não interagir com os participantes.

O grupo focal é discutido principalmente pelos Gatti (2005), Minayo (2010) e Gomes (2008). Os autores discutem que esse método é especialmente útil para explorar questões complexas, como as relacionadas a programas sociais, pois revela não só as opiniões dos indivíduos, mas também a maneira como essas opiniões se formam e são influenciadas por interações grupais.

Assim, o grupo focal consiste em uma metodologia qualitativa que visa explorar percepções, atitudes e experiências de indivíduos sobre temas específicos, promovendo a interação e o diálogo entre os participantes. Desse modo, o uso do grupo focal, fundamentado nos estudos de Gatti (2005), Minayo (2010) e Gomes (2008), revela-se uma abordagem valiosa para investigar fenômenos complexos em profundidade, promovendo uma compreensão mais abrangente das realidades e experiências compartilhadas pelos participantes.

Os dados coletados foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme sugerido por Bardin (2011). Essa abordagem se caracteriza por sua sistematicidade e objetividade, sendo amplamente utilizada em pesquisas qualitativas para identificar padrões, categorias e significados emergentes das narrativas. A metodologia é especialmente adequada para compreender fenômenos sociais complexos, como os relacionados às percepções dos beneficiários do PMCMV.

O processo de análise de conteúdo foi conduzido em três etapas principais. A primeira foi a pré-análise, que consistiu na organização e leitura flutuante do material coletado, permitindo uma visão geral e a identificação de impressões iniciais. Nessa etapa, foram estabelecidos os critérios para a codificação dos dados, fundamentados tanto nos objetivos da pesquisa quanto no referencial teórico (Bardin, 2011; Minayo, 2010).

Na sequência, realizou-se a exploração do material, fase em que as unidades de registro, como palavras, expressões ou temas, foram identificadas e agrupadas em categorias. Essas categorias podem ser definidas de forma de importância, baseando-se no referencial teórico e relacionando com o conteúdo analisado (Gomes, 2008). Esse processo buscou organizar as informações de modo a facilitar a análise detalhada e consistente.

A etapa final foi o tratamento e interpretação dos resultados, que envolveu a análise crítica das categorias identificadas, relacionando-as aos objetivos do estudo e às discussões teóricas. Segundo Bardin (2011), essa etapa é essencial para transformar os dados brutos em reflexões significativas, permitindo compreender as dimensões explícitas e implícitas das falas dos participantes. Essa abordagem foi enriquecida pela contribuição de Minayo (2010), que ressalta a importância de considerar o contexto social e cultural nas interpretações, e de Gomes (2008), que destaca o papel das interações coletivas na formação de significados. Assim, a análise de conteúdo não apenas organiza os dados, mas também proporciona uma

compreensão aprofundada e sistemática das experiências relatadas pelos participantes do estudo.

Vozes e Vivências: A Percepção dos Moradores

O Programa Minha Casa Minha Vida representa, para muitos beneficiários, mais do que o acesso à moradia: é a realização de um sonho. Os participantes do grupo focal na cidade de Varginha-MG, ao serem questionados sobre o significado do Programa em suas vidas e seus benefícios, a maioria destacou a importância da conquista da casa própria, a superação da dependência do aluguel, a melhoria das condições de vida para seus filhos e as facilidades que o Programa oferece. Esses depoimentos evidenciam como a casa própria, no imaginário brasileiro, transcende a função de abrigo, simbolizando progresso, dignidade e pertencimento, como pode ser observado abaixo:

“foi como ganhar na Megasena, paguei aluguel por 20 anos” (participante 1).

“só de ganhar a casa é uma bênção” (participante 2).

“foi uma surpresa, ainda mais por pagar algo que é nosso” (participante 3).

Os participantes enfatizaram que sair do aluguel foi um dos maiores benefícios do Programa. Para essa questão, Milano (2013) discute a construção da ideologia da casa própria no Brasil e como ela se tornou um símbolo de progresso econômico e valorização do trabalhador. Isso pode estar relacionado com as falas dos participantes que veem a conquista da moradia como algo quase equivalente a "ganhar na Megasena" (conforme depoimento do participante 1, citado acima).

Pode-se observar ainda, a partir das falas acima destacadas, em especial, conjuntamente com o perfil socioeconômico dos participantes que, para esse grupo em específico, a questão de sair do aluguel era muito forte, já que 71% do grupo morava de aluguel antes do Programa.

Relacionando a questão de sair do aluguel e o imaginário da casa própria, Milano (2013) afirma que, no contexto brasileiro entre as décadas de 40 e 60, quando a defesa da casa própria eclodiu nos discursos sobre a moradia popular, o ideal da casa própria no Brasil não era apenas fruto de uma ideologia. A ideia de ter a casa própria se incorporou ao nível de ser transmitida de geração em geração, configurando-se como um fato social, segundo a autora.

Para a autora, a posse da casa própria gera a impressão de progresso econômico, pois a propriedade individual, além de possuir um alto valor de troca, representa a valorização do trabalhador e desempenha um papel fundamental na construção da identidade moral da sociedade.

Outro aspecto importante relacionado a sair do aluguel foi que o PMCMV possibilitou às famílias, ao invés de destinar uma parte significativa da renda ao aluguel, conseguisse investir na compra do seu imóvel próprio, além de reduzir a vulnerabilidade das famílias (Nascimento, 2021; Flach, 2016).

Ademais, muitos participantes afirmaram que o programa “mudou a vida” deles, especialmente ao proporcionar uma base para seus filhos crescerem com estabilidade. Ter um espaço próprio é apontado como algo que melhora as perspectivas familiares e gera maior pertencimento:

“fui expulsa de casa pelos meus pais com filho pequeno, então sou grata pelo Programa” (participante 4).

“a casa foi muito importante pra mim, onde eu morava antes chovia dentro da casa, eu precisava colocar um guarda chuva para não molhar as crianças enquanto dormiam” (participante 5).

Assim, como reforça Nascimento (2021), a percepção de que o PMCMV proporcionou melhores condições de vida para os filhos e maior dignidade pode estar associada ao conceito que a moradia não é apenas um espaço físico, mas um direito fundamental para uma vida digna.

Segundo Nascimento (2021) e Rolnik (2009) a moradia não se limita a uma unidade habitacional, mas deve ser um espaço seguro, confortável e saudável, indo além de simplesmente um teto e quatro paredes. Desse modo, essa questão se relaciona ao fato do PMCMV ter retirado as famílias de situações de vulnerabilidade, oferecendo moradias regulares com infraestrutura básica.

As moradias proporcionam esse sentimento de segurança, estabilidade e melhoria da qualidade de vida, especialmente para famílias que viviam em condições precárias, como o relato de uma mãe que não precisa mais se preocupar com a "chuva dentro de casa" (conforme depoimento do participante 5, citado acima).

Conforme expresso na questão anterior, sair do aluguel foi uma questão muito importante na vida dos usuários do programa na cidade de Varginha-MG, e ter condições acessíveis de pagamento também fez a diferença para eles conseguirem quitar a casa. Além disso, a possibilidade de realizar adaptações estruturais na casa, foi relatada pelos participantes como algo muito positivo.

Assim, quando perguntado aos participantes do grupo focal sobre os benefícios observados no Programa Minha Casa Minha Vida, as duas principais questões levantadas foram as facilidades de pagamento e possíveis alterações na estrutura da moradia, como pode ser visto nos relatos abaixo:

“algumas pessoas pagam cerca de 25 reais por mês” (participante 1).

“as parcelas [do PMCMV] a gente conseguia pagar, mas antes quando tinha que pagar o aluguel era um sufoco” (participante 2).

A gratidão pelo programa é evidente, especialmente em relação à oportunidade de parar de pagar aluguel, o que trouxe alívio financeiro. O relato dos participantes sobre as parcelas acessíveis e o alívio financeiro por não pagar aluguel pode ser relacionado ao que Nascimento (2021) discute sobre a importância da moradia como um direito e como o acesso a ela é condicionado pela capacidade de pagamento dentro da lógica do mercado. A citação sobre a mercadificação da moradia ajuda a entender o impacto das condições acessíveis de pagamento.

Além disso, Silva (2016) dá luz ao fato de que, antes do PMCMV, muitas famílias de baixa renda estavam excluídas do mercado formal de moradia. A introdução de subsídios e prestações acessíveis tornou possível a inclusão de pessoas que não conseguiam acessar um imóvel próprio. Desse modo, o pensamento é confirmado pelos participantes, que concordaram que o valor pago é considerado acessível, em comparação a quando pagavam aluguel.

Outro ponto importante visto por eles como benefício é a liberdade para expandir e personalizar as casas, em comparação aos apartamentos. Assim, os participantes relataram que gostam da possibilidade de aumentar cômodos, quebrar paredes, ao contrário das restrições enfrentadas em apartamentos, como visto nos depoimentos abaixo:

“bem melhor casa que o apartamento! Apartamento tem muita regra e pouca liberdade” (participante 3).

“eu nem acho certo falarem apartamento, é mais ‘apartamento’...” (participante 6).

“apartamento você não tem liberdade, principalmente se você tem filhos” (participante 4).

A crítica aos apartamentos e a preferência por casas, devido à liberdade para expandir e modificar a estrutura, pode ser relacionada à relação das famílias com a casa própria. A moradia individualizada, personificada na casa, está associada a uma ideologia de estabilidade e personalização do espaço, como retrata Milano (2013).

Conjuntamente, Maricato (2001) e Bonduki (1994) mencionam que o modelo habitacional adotado nos programas governamentais frequentemente não leva em conta as necessidades culturais e individuais das famílias, resultando em críticas à padronização das unidades. Assim, ambos criticam a falta de flexibilidade na construção de habitações populares e como isso impacta a relação dos moradores com o espaço. Isso explica por que os participantes valorizam a possibilidade de modificar a casa, ao contrário das limitações de um apartamento.

Por fim, apreciando as facilidades e benefícios que foram encontradas do Programa, cabe, como última análise, uma potencialidade que foi identificada a partir de comentários dos participantes durante o grupo focal, além das questões propostas na pesquisa. Evidencia-se que há apoio mútuo dentro dos bairros, apesar dos desafios enfrentados, o que emerge como uma potencialidade, ao demonstrar o sentimento de comunidade:

“por isso nós que moramos aqui precisamos nos unir” (participante 2).

“mesmo com os comentários ruins sobre os bairros, quem mora aqui é de bem” (participante 7).

“eu nunca tive problemas com os vizinhos” (participante 6).

“se as pessoas fossem mais unidas, com certeza o bairro teria mais lazer” (participante 5).

Os relatos dos moradores de Varginha-MG sobre a importância da união e do senso de comunidade podem estar relacionados à necessidade de formação de novas comunidades habitacionais, que promovem inclusão social, quando bem planejada, como defendem Cardoso e Silveira (2011).

Para mais, Castro (2018) também discute a moradia como um espaço de convivência familiar e comunitário, onde os moradores compartilham experiências e criam vínculos. Posto isso, entende-se a importância da união entre vizinhos, sendo vista como essencial para os participantes.

A análise dos depoimentos acima apresentados evidencia várias potencialidades associadas ao Programa Minha Casa Minha Vida, especialmente no que tange à transformação na vida dos beneficiários do Programa na cidade de Varginha-MG. Em síntese, o PMCMV revelou potencialidades que vão além da provisão de moradia: ele promoveu estabilidade financeira, dignidade social, fortalecimento de laços comunitários e melhorias nas perspectivas familiares. Essas dimensões, captadas nas falas dos participantes, demonstram que, para além da função habitacional, a casa própria é um instrumento de transformação social e afirmação de cidadania.

No decorrer do grupo focal, um dos temas que emergiu nos depoimentos dos participantes foi a respeito das limitações relacionadas à localização e a falta de infraestrutura dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida. A seguir, apresentamos como essas limitações foram percebidas pelos moradores do Programa em Varginha-MG, articulando suas falas às reflexões teóricas sobre estigmatização, exclusão social e desigualdades no espaço urbano, abordados por autores como Lacerda (2019) e Flach (2016).

Ao perguntar para os participantes sobre o bairro e sua localização, a grande maioria dos participantes relatou que apesar de gostarem do bairro, existem muitas dificuldades relacionadas à distância e à falta de serviços públicos adequados, reforçando que isso ocorreu principalmente no início do programa. Desse modo, a principal queixa dos participantes é que os bairros são afastados, e devido o bairro ser considerado “perigoso” os moradores sofrem discriminação reforçando o peso desse estigma, como mostra nas falas a seguir:

“gosto muito do bairro, mas é longe, é difícil” (participante 4).

“eu gosto da minha casa, o bairro que é complicado” (participante 5).

“acho ruim que o bairro ser tido como periférico” (participante 7).

Os participantes mencionam que os bairros do PMCMV são afastados dos centros urbanos, dificultando o acesso aos serviços públicos. Isso pode ser relacionado a mercadificação da moradia e da cidade leva a um tecido urbano desigual, em que os conjuntos habitacionais acabam sendo implantados em regiões periféricas e com pouca infraestrutura (Nascimento, 2021).

Ademais, outro ponto trazido por Lacerda (2019) é que os empreendimentos do PMCMV são, em sua maioria, construídos em áreas periféricas e afastadas dos centros urbanos, limitando o acesso dos moradores a bens e serviços essenciais. Essa questão se relaciona com Flach (2016), que menciona o fato dos municípios enfrentarem dificuldades para garantir infraestrutura adequada nesses bairros, o que agrava os problemas de mobilidade e acesso a serviços públicos.

O problema da localização é que dificulta o acesso ao trabalho, saúde e transporte, assim a distância dos bairros dos centros urbanos aumenta os custos e limita o acesso a bens e serviços. De maneira geral, as respostas indicaram um sentimento ambíguo: felicidade pela conquista da casa própria, mas frustração com a localização, pois todos concordaram que o bairro é distante dos centros urbanos, onde todos precisam se deslocar, mesmo que uma vez por semana.

Quando questionados sobre o acesso a serviços e oportunidades, surgiram relatos que indicam que a localização não apenas impõe dificuldades práticas (como transporte e trabalho), mas também reforça processos de estigmatização e exclusão social, isso é visto conforme os relatos:

“uber cancela muita corrida, dependendo do horário principalmente, por conta do medo, aparece ‘área de risco’ no aplicativo” (participante 3).

“já tive dificuldades de ser contratada por causa do local que eu moro. Quando eles olham no currículo o bairro já me dispensam”(participante 5).

“os três bairros do minha casa minha vida são taxados como pessoas que ‘não presta’ ” (participante 7).

Alinhada a essa questão, o fato de os moradores de Varginha-MG sofrerem discriminação por morarem nos bairros do PMCMV, seja na contratação para empregos ou na dificuldade de conseguir transporte por aplicativos, se relaciona a segregação socioespacial nos empreendimentos do PMCMV. Lacerda (2019) aborda essa questão apontando que essa segregação socioespacial gera exclusão social e reforça o estigma sobre os moradores dessas regiões.

Sobre a questão da dificuldade de oportunidades, Bonduki (2009), menciona que o planejamento habitacional mal estruturado pode gerar impactos negativos na integração dos moradores à cidade, aumentando o estigma dos bairros. Adicionalmente, Sposito (1988) evidencia como a localização da moradia influencia diretamente as oportunidades dos moradores. A autora reforça que a segregação socioespacial e a marginalização de quem reside em áreas afastadas, resulta em uma distribuição desigual das vantagens e desvantagens na cidade.

Essa segregação, também é abordada por Lacerda (2019) como segregação urbana, que resulta em discriminação e exclusão dos moradores. Os moradores enfrentam preconceitos devido à localização dos bairros, sendo “taxados como pessoas que não prestam” e considerados áreas de risco, inclusive em aplicativos de transporte.

A queixa dos moradores de Varginha-MG sobre a cobertura negativa da mídia local pode ser relacionada ao que Lacerda (2019) discute como a visão negativa dos bairros populares é reforçada por discursos externos que associam essas áreas à criminalidade e à marginalização, o que dificulta o acesso a serviços públicos e privados, além de impactar negativamente a mobilidade urbana.

Ademais, os participantes também reclamaram que os jornais locais só noticiam coisas ruins sobre o bairro, a mídia contribui para a imagem negativa quando se refere aos bairros com notícias de cunho “perigoso/violento”.

As questões anteriores demonstram as limitações observadas em relação à localização e à imagem dos bairros evidenciam que, apesar da conquista da moradia, ainda persistem barreiras significativas à plena integração desses moradores à cidade. Essa situação somada à falta de planejamento e infraestrutura aumenta o risco de programas habitacionais mal planejados perpetuarem desigualdades e reforçarem a exclusão social.

Quando questionados sobre possíveis melhorias no programa, os moradores de Varginha-MG destacaram a ausência de espaços públicos de lazer, a depredação dos poucos existentes e a falta de segurança. Também foi apontada a carência de acompanhamento, por parte do município e do Programa, em relação à infraestrutura básica, como saúde e educação.

No que se refere aos espaços públicos, os participantes relataram que, inicialmente, havia áreas destinadas ao lazer, mas que, com o tempo, foram destruídas sem que houvesse ações efetivas para sua recuperação:

“no início tinha muitos espaços, mas destruíram e não teve ações para resolver”
(participante 1).

“é muito difícil criar os filhos em um ambiente com presença de drogas”
(participante 4).

“meus filhos não saem de casa, tem muita droga no bairro”. (participante 5).

Os participantes do grupo focal destacam a ausência de espaços de lazer, a depredação dos poucos existentes e a insegurança no bairro. Essas questões se relacionam com Rolnik (2009), argumentando que a moradia adequada não se resume a um espaço físico, mas envolve o acesso à infraestrutura urbana, serviços públicos e segurança, algo que várias vezes foi retratado pelos participantes que falta nos bairros do PMCMV.

Ademais, Lacerda (2019), discute como a falta de planejamento urbano adequado e o distanciamento dos bairros populares das áreas centrais resultou na precariedade dos serviços públicos, como saúde e educação, contribuem para problemas como a violência e o abandono de espaços de lazer. Para o autor, a localização afastada dos conjuntos do PMCMV limita o acesso dos moradores a bens e serviços, afetando não apenas a mobilidade, mas também a segurança e a oferta de espaços públicos.

Assim, foi demonstrado como é um grande desafio, para as mães principalmente, cuidar dos filhos nessa situação, ainda mais com os relatos que o policiamento não existe.

Um outro problema que se soma a esse é a ausência da polícia e vigilância do Estado, a situação relatada a seguir também demonstra como o Estado é muito ausente:

“o problema com som é muito grande, principalmente moto e quando faz a denúncia, liga para polícia, eles nunca vem” (participante 6).

Os relatos sobre a falta de policiamento e a resposta das autoridades às denúncias podem ser analisados com base em Moura (2014). O autor argumenta que o Estado assume uma postura passiva na regulação dos espaços urbanos, permitindo que desigualdades e precariedades se intensifiquem nas periferias, uma vez que assume apenas a posição de regulador das atividades realizadas

Desse modo, a falta de presença do poder público nos bairros do PMCMV contribui para um ambiente de vulnerabilidade social, onde problemas como tráfico de drogas e violência prosperam. Essa situação, para além da questão das drogas, mostra que o Estado não tem cumprido com seu papel de regulador.

Quanto à infraestrutura, a saúde e a educação foram áreas amplamente criticadas. Em relação à saúde, os relatos evidenciam a precariedade do atendimento:

“há muita demora no atendimento do SUS, sempre falta médicos” (participante 1).

“muitas pessoas precisam de atendimento para saúde mental e não existe apoio psicológico” (participante 2).

“teve muitos casos de suicídio e eles só encaminham as pessoas em casos extremos” (participante 3).

“fiquei cinco anos na fila para atendimento oftalmológico”. (participante 7).

As críticas sobre a demora no atendimento do SUS, a falta de médicos e a ausência de apoio psicológico contradizem o que é instituído na Política Nacional de Habitação (Brasil, 2004). O documento reforça que uma moradia digna deve garantir não apenas um teto, mas também acesso à infraestrutura, incluindo serviços essenciais como saúde e educação.

Nesse contexto, Cardoso e Silveira (2011), reforçam que a construção de moradias próximas aos serviços públicos eleva a dignidade e a qualidade de vida dos beneficiários, proporcionando-lhes acesso aos equipamentos urbanos, essenciais para uma vida urbana mais digna. Assim, uma vez que a localização dos conjuntos do PMCMV é afastada, isso prejudica os moradores obterem assistência.

Ainda, Flach (2016) menciona que o planejamento inadequado dos empreendimentos habitacionais leva a uma infraestrutura insuficiente, como serviços médicos sobrecarregados e profissionais insuficientes. Os municípios, responsáveis pelo ordenamento territorial, têm dificuldade em garantir que os empreendimentos habitacionais sejam acompanhados por investimentos proporcionais, o que inclui saúde e educação.

Os relatos demonstram a sobrecarga do sistema, com a falta de profissionais fixos, além da demora em atendimentos médicos.

A educação foi outra área muito comentada, apesar dos elogios ao ensino fundamental (até a 5ª série), houve muitas críticas sobre a falta de continuidade de programas como o PROPAC (Programa de Profissionalização Adolescente Consciente), que não foi implementado conforme prometido:

“o PROPAC ficou só no papel” (participante 4).

Os moradores de Varginha-MG elogiaram o ensino fundamental, mas criticaram a falta de continuidade de programas educacionais como o PROPAC. Isso pode estar relacionado ao que discute Lacerda (2019), a autora expõe que uma das maiores críticas ao PMCMV é que ele resulta na produção de uma cidade incompleta, pois faltam políticas públicas integradas. Assim, evidencia-se que muitos conjuntos habitacionais são planejados sem considerar as especificidades regionais e as necessidades das famílias, resultando em uma padronização das habitações que não atendem às reais demandas dos moradores, o que inclui a necessidade de equipamentos educacionais e oportunidades para os jovens.

Por fim, uma outra questão importante de ser falada nesse tópico são casos de compra e venda de casas, muitas vezes sem regularização, que ocorrem no município de Varginha-MG. Foi relatado que muitas pessoas saem do bairro, por problemas relatados anteriormente, e acabam vendendo sua casa informalmente, com contratos “de gaveta” ou até mesmo verbais. Essa situação mostra uma falha no controle e acompanhamento do programa.

Os participantes do grupo focal mencionaram que muitas casas são vendidas de forma irregular, sem registros formais, devido às dificuldades enfrentadas nos bairros. Isso pode ser

analisado com base em Nascimento (2021), a autora destaca que a mercadificação da habitação gera informalidade e precariedade nos contratos de compra e venda de imóveis populares, uma vez que muitas famílias acabam se desfazendo das casas devido às condições adversas dos bairros.

Segundo os autores Bonduki (1994) e Flach (2016), a falta de acompanhamento governamental nos conjuntos habitacionais populares, resulta na venda informal de moradias e na falta de garantias jurídicas para os novos compradores. Dessa forma, conclui-se que, sem um acompanhamento adequado pelo poder público, as famílias que se sentem insatisfeitas com os bairros acabam vendendo suas casas sem regularização, criando um mercado paralelo dentro dos conjuntos habitacionais.

As limitações identificadas evidenciam falhas estruturais e operacionais do Programa Minha Casa Minha Vida, especialmente na realidade dos beneficiários do Programa na cidade de Varginha-MG. O Programa ao não garantir a integração adequada dos conjuntos habitacionais à cidade, compromete a efetividade do direito à moradia digna. A ausência de espaços públicos de lazer, a precariedade dos serviços de saúde e educação, a insegurança e a falta de acompanhamento governamental demonstram que a política habitacional focou predominantemente no acesso à propriedade, desconsiderando as demais dimensões que compõem a qualidade de vida urbana.

Considerações Finais

Este trabalho buscou analisar o Programa Minha Casa Minha Vida, no município de Varginha - MG, na percepção dos seus usuários, da Faixa 1. De acordo com os dados apresentados na pesquisa, pode-se observar a importância do PMCMV como política habitacional que promoveu o acesso à casa própria para várias famílias de baixa renda, reduzindo o déficit habitacional e proporcionando maior estabilidade econômica e social.

Entre os principais benefícios do programa, apresentados pelos moradores, destacam-se a inclusão social, a segurança habitacional e a transformação significativa na vida dos beneficiários. A possibilidade de conquistar uma moradia própria representou um marco na trajetória de muitas famílias, proporcionando alívio financeiro e maior dignidade. Ademais, o programa também contribuiu para a formação de comunidades habitacionais, promovendo redes de apoio entre os moradores.

Contudo, os moradores também apontaram alguns desafios estruturais na implementação do PMCMV. Problemas relacionados à localização periférica dos empreendimentos, à falta de infraestrutura básica, à precariedade dos serviços públicos e ao estigma social enfrentado pelos moradores relacionado aos bairros das moradias indicam que a política habitacional precisa ser aprimorada. A segregação socioespacial resultante do programa impede o exercício pleno do direito à cidade, conforme discutido por autores como Lacerda (2019) e Rolnik (2009).

Outro ponto crítico identificado foi a ausência de uma articulação eficaz entre o PMCMV e outras políticas setoriais, como transporte, saúde, educação e segurança. A falta de integração compromete a qualidade de vida dos moradores e perpetua desigualdades sociais.

Apesar das limitações, o PMCMV permanece como uma das mais importantes iniciativas habitacionais do Brasil. Os resultados desta pesquisa indicam que, para garantir maior efetividade, é necessário repensar os critérios de localização dos empreendimentos, reforçar o planejamento urbano e integrar o programa a políticas que garantam a oferta de serviços públicos de qualidade nos bairros atendidos.

Assim, evidencia-se a necessidade de uma reformulação das políticas habitacionais, de modo que superem a lógica da mera entrega de unidades e avancem para uma abordagem

integral, que considere o pleno desenvolvimento das condições urbanas, sociais e humanas dos beneficiários.

Reforça-se como limitação o fato do grupo focal ter acontecido apenas na cidade de Varginha-MG e dos participantes representarem apenas uma amostra de todos os beneficiários que o Programa possui. Ademais, acredita-se que o estudo possa ser replicado em outras realidades a fim de compreender as vivências dos beneficiários do Programa e consequentemente auxiliar na avaliação dessa política pública.

Ademais, sobre a utilização da metodologia do grupo focal, a autora possui algumas considerações. O fato de estarem presentes no dia do grupo a assistente social e três orientadores de vida pode ter influenciado na participação dos beneficiários do PMCMV. Essa indagação parte de percepções durante o grupo focal, no qual a assistente social intervém com papel de “moderadora”, seja explicando questões, solicitando a participação, dando exemplos, dentre outras formas de interação que podem ter influenciado nas falas dos participantes.

Por fim, ao trazer as vozes dos beneficiários para o centro da análise, este estudo reforça a necessidade de políticas habitacionais que não apenas reduzam o déficit habitacional, mas também promovam a inclusão, equidade e o pleno direito à cidade.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BONDUKI, Nabil Georges. **Do Projeto Moradia ao Programa Minha Casa Minha Vida**. 2009.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origem da Habitação no Brasil**. 1994.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Política Nacional de Habitação**. Brasília: Ministério das Cidades, 2004.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Déficit habitacional no Brasil 2008**. Brasília: Ministério das Cidades, 2011.

BUONFIGLIO, Leda Velloso. Habitação de Interesse Social. In: **Mercator**, Fortaleza, v. 17, p. 1-16, 2018.

CARDOSO, Aduino Lucio; SILVEIRA, Maria Cristina Bleyda. **O Plano Diretor e a Política de Habitação**. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Cidades, IPPUR/UFRJ, 2011.

CASTRO, Carla Ferreira de. **Família e moradia: um estudo sobre a “nova” vida dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida**. Dissertação de Mestrado, Universidade Católica do Salvador, 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Propriedade, apropriação social e instituição do comum. **Tempo social**, v. 27, p. 261-273, 2015.

ESCOSTEGUY, Camila Leite. **Minha casa, minha vida?: a construção do sonho da casa própria nas políticas habitacionais e produção de subjetividade**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

FLACH, Adriana de Ávila. **O papel da municipalidade no programa Minha Casa Minha Vida**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo focal de pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

GOMES, Romeu. A análise e interpretação de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

LACERDA, Rayssa Bernardino de. **Minha casa... e a vida?: os serviços e equipamentos públicos nos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida na cidade de João Pessoa-PB**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, 2019.

LUCIANO, Francispaula. **O Programa Minha Casa Minha Vida e a questão da habitação social em Goiânia**. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Goiás, 2016.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**. Alternativas para a crise urbana. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MILANO, Joana Zattoni. **Um lugar para chamar de seu? O Programa Minha Casa Minha Vida e a ideologia da casa própria**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

Ministério das Cidades. **Portal do Ministério das Cidades**. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br>. Acesso em: outubro, 2024.

MOURA, Jéssica Moraes de. O Programa Minha Casa, Minha Vida na Região Metropolitana de Natal: uma análise espacial dos padrões de segregação e desterritorialização. **Urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana**. Curitiba, v. 6, n. 3, set/dez, 2014.

NASCIMENTO, Talita Amaral Morado. **Habitação de interesse social e o Programa Minha Casa Minha Vida em Belo Horizonte: percepções sobre morar**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Administração Pública), Fundação João Pinheiro, 2021.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

ROLNIK, Raquel. Relatora da ONU fala sobre política habitacional do Brasil. **Blog da Raquel Rolnik**, 2009. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2009/04/30/relatora-da-onu-se-pronuncia-sobre-politica-habitacional-do-brasil/>. Acesso em mai. 2024.

SECCHI, Leonardo; COELHO, Fernando de Souza.; PIRES, Valdemir. **Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos.** ed 3. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2019.

SHIMBO, Lúcia Zanin; CERON, Luciana C. Produção do PMCMV na Região Central do Estado de São Paulo: um híbrido entre ocupação nas periferias e em áreas consolidadas. III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva. **Anais**, 2014.

SILVA, Adriana Elias da. **A produção do espaço urbano pelo programa Minha Casa Minha Vida (faixa 1) na Região Metropolitana de Recife-PE:** Entre a reprodução social da vida e a reprodução do espaço mercadoria. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Desenvolvimento Urbano), Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

SPOSITO, Maria Encarnação. **Capitalismo e Urbanização.** São Paulo: Contexto 1988.